

A MOEDA SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. INTRODUÇÃO

O âmbito investigativo deste trabalho foi motivado principalmente por experimentações e modelagens realizadas em estudos quantitativos do chamado capital natural e, também, proveniente dos estudos da Economia Verde ligando-se às práticas ambientais, sociais e de disseminação em uma comunidade por meio da moeda solidária. As diretrizes e os critérios ESG se correlacionam com os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelo Pacto Global, iniciativa mundial que envolve a ONU e Organizações Internacionais.

A ONU vem empreendendo esforços na criação e mensuração de uma economia verde que tem por escopo a manutenção de uma economia inclusiva e, ao mesmo tempo, pressupõe-se que haja um ambiente sócio sustentável na base dessa concepção. Vale dizer ainda que também haverá nessa mesma concepção cumprimento de metas de preservação ambiental. Será por meio destas metas que iremos rever brevemente os processos de capitalização da riqueza natural.

O capital natural é uma metáfora utilizada para designar o estoque de recursos naturais renováveis e não renováveis no ambiente em estudo. Por exemplo, as plantas, os animais, a água, os solos, os minerais. Como se sabe a sustentabilidade está no espaço com múltiplas dimensões de campos de atuação, surge daí uma multiplicidade de ações para tentativamente mitigar ações inibidora de preservação desse capital natural atrelados aos seus impactos de preservação da vida.

O desenvolvimento sustentável, alinhado aos princípios da Economia Verde, conecta-se ao conceito de moeda social por sua natureza inclusiva e acessível, especialmente para populações excluídas do sistema financeiro tradicional. A confiança ("fidúcia") torna-se essencial em uma economia solidária autônoma. Nesse contexto, valores como uso, troca e acumulação assumem dimensões coletivas. Isso revela a necessidade de um novo marco para mensurar a riqueza ambiental e social. Propõe-se, assim, um balanço ambiental que reflita tanto o valor intrínseco dos recursos quanto o bem-estar coletivo. Por outro lado, notamos que tais estudos se conectam com o desenvolvimento da moeda ambiental, primeiro por razão de sua essência, e segundo, por meio dos conceitos abstratos das relações humanas nem sempre livres nas matrizes individuais

A base de confiança, um dos conceitos abstratos, se dissemina em uma economia solidária independente do apoio ou subsídio do Estado ou de qualquer outro meio assistencial. Isto quer dizer que manifestações estudadas na economia tais como valor, valor de troca, meio de troca, processos produtivos e de acumulação se manifestam sob um outro ponto de vista.

Foi a partir desses marcos que vimos a necessidade de se quantificar as riquezas ambientais constituídas por meio de ativos registrados em balanços de banco centrais, semelhantemente às riquezas existentes nos ativos de países constante nos balanços dos bancos centrais. Ao mesmo tempo, pelo lado do passivo, estabelecer-se-ia uma base monetária que vai representar o papel do valor (moeda) desse meio ambiente. Surge com isso a proposta de uma moeda socioambiental intrinsecamente ligada aos fenômenos mais ínfimos e mais elevados da moeda social e das comunidades solidárias aliadas a moeda ambiental proposta por Amaral et al (2025).

Como se sabe a circulação econômica cria um reino de valores independente de sua estrutura, nele imaginemos a moeda socioambiental com as suas precificações superavitárias ou em sentido contrário, guardando semelhanças com o comércio do crédito de carbono. Diferentemente deste último, notamos que os ativos ambientais cumprem a sua função de mensuração ancorados em modelos de precificação que se propõe neste trabalho. Os valores em questão possuem a capacidade de se materializar em indicadores econômicos observáveis na economia real. Dessa forma, sustenta-se que a riqueza associada a um ativo ambiental pode

ser estimada mediante procedimentos de mensuração que incorporem o valor presente líquido ajustado pelos processos degenerativos, sejam estes de origem natural ou resultantes da ação antrópica (Dasgupta, 2001; Dasgupta, 2009; Fenichel & Abbott, 2014).

Por sua vez, as transações de ativos em um mercado em desenvolvimento deverão ocorrer com base em valores econômicos efetivos, assegurando que representem realizações concretas e não apenas abstrações simbólicas. A certificação da riqueza natural, quando estruturada por instrumentos digitais, pode ser registrada em tecnologias de blockchain, de modo análogo às moedas digitais, o que garante autenticidade, rastreabilidade e segurança às operações. Nesse contexto, o uso de mecanismos digitais confere maior transparência e governança às políticas públicas de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que fortalece a integração entre instrumentos econômicos e ambientais. Ao término de cada período de referência, esse processo permitirá não apenas a quantificação e catalogação das riquezas naturais em escala global, mas também a formulação de estratégias de gestão orientadas por dados verificáveis.

Noutro sentido, as comunidades locais, que são usuárias diretas desses recursos naturais, atuarão solidariamente para preservar esse capital ambiental, motivadas por um sistema de valores de troca suficiente para competir com práticas substitutivas e por vezes destrutivas. Assim, o valor de mercado desses ativos naturais será equiparado a outras culturas econômicas, tornando inviável economicamente a exploração predatória.

Além disso, é fundamental reconhecer que a proteção desses ativos não se restringe ao capital ambiental em si, mas envolve dimensões mais amplas da sustentabilidade local, relacionando-se diretamente à sobrevivência e ao bem-estar das comunidades que deles dependem. Nesse contexto, o capital natural deve ser compreendido de forma integrada ao capital social, uma vez que práticas coletivas de manejo sustentável, cooperação comunitária e preservação cultural constituem elementos centrais para a manutenção do equilíbrio socioambiental.

O estudo ora proposto utiliza o dinheiro como unidade elementar e reducionista da moeda, permitindo analisar, de forma simplificada, como sua circulação e alocação podem influenciar tanto a preservação dos recursos naturais quanto a resiliência das comunidades locais. Tal abordagem possibilita evidenciar de que modo os fluxos monetários refletem e condicionam a valoração do capital ambiental, bem como sua interação com a sustentabilidade social e comunitária. Esse modelo de mercado baseado em ativos naturais tokenizados e protegidos por blockchain representa uma inovação fundamental para a integração entre economia real, sustentabilidade ambiental e justiça social, promovendo um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

Os valores de “mercado” atribuídos a esse capital natural tenderão a ser equiparados aos de outras culturas de produtos concorrentes, o que pode torná-lo economicamente desinteressante em determinados contextos.

Por fim, notamos que afetação não envolve somente a esse capital, mas a própria existência dessa comunidade local. Para melhor compreensão dos efeitos da moeda apresentamos a seguir um breve estudo. De forma sintetizada utilizaremos o dinheiro como a unidade mais elementar e reducionista da moeda e ligaremos a moeda solidária.

2. OS EFEITOS DA MOEDA NA SOCIEDADE

Nesta seção, propõe-se uma análise condensada das principais teorias monetárias, com foco nas escolas marxista, keynesiana e austríaca, e suas influências contemporâneas. Inicia-se com o reconhecimento do senso comum sobre a moeda, amplamente difundido na mídia e discursos cotidianos, que consideram a moeda como um mero facilitador neutro das trocas econômicas. Todavia, essa visão é revista em abordagens sociológicas que ampliam o escopo,

incorporando dimensões sociais, simbólicas e psicológicas, as quais serão objeto de discussão em capítulos subsequentes.

A moeda, enquanto objeto de estudo econômico, é classicamente associada a quatro funções essenciais: meio de circulação, unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento diferido. Essas funções, embora consensuais, recebem interpretações e ênfases distintas conforme as correntes teóricas.

a função de meio de circulação, seguindo Ricardo, a moeda é o instrumento que supera as limitações do escambo, facilitando a realização das trocas ao eliminar a necessidade de dupla coincidência de desejos. Quanto à unidade de conta, Marx distingue valor de uso e valor de troca, posicionando a moeda como equivalente geral que padroniza e quantifica as relações de valor entre mercadorias. Adicionalmente, a função de reserva de valor permite o armazenamento e acumulação de riqueza ao longo do tempo, condição vital para a poupança e os investimentos. Por fim, a função de pagamento diferido caracteriza a capacidade da moeda em viabilizar transações ao longo do tempo, sendo fundamental para os sistemas de crédito e financiamento

Entre as divergências teóricas destaca-se o papel relativo dado a essas funções. Metalistas priorizam a função reserva de valor, enquanto a corrente anticartalista enfatiza o caráter da moeda como meio de circulação.

A escola keynesiana, especialmente na vertente cartalista de Georg F. Knapp, enfatiza o papel soberano do Estado na criação, emissão e aceitação da moeda. Knapp rejeita a dependência do dinheiro em lastro metálico, estabelecendo que a autoridade estatal confere validade jurídica e econômica ao meio de pagamento. Keynes aprofunda essa visão ao descrever o valor da moeda como nominal e controlado pelo Estado, refutando a crença em um valor intrínseco da moeda lastreada em bens materiais.

Por sua vez, noutra ótica, Marx oferece uma análise dialética, conceptualizando a moeda como resultado histórico das relações capitalistas de produção. O dinheiro sintetiza contradições sociais, ocultando a natureza do trabalho concreto sob uma forma abstrata de valor. Marx desenvolve a trajetória do valor desde formas simples de mercadorias até o equivalente geral, com a moeda como expressão última do valor abstrato do trabalho. Além disso, distingue fases do capital: circulação mercantil (M-D-M), capital produtivo (D-M-D) e capital financeiro (D-D), enfatizando sua relevância para o entendimento do capitalismo contemporâneo.

Noutra vertente, a da escola austríaca, representada por Menger e Hayek, a moeda emerge como instituição espontânea e descentralizada, resultado das interações naturais de mercado. A moeda deriva da seleção gradual de mercadorias dotadas de maior aceitabilidade e liquidez, trata-se de um processo endógeno de formação monetária, alheio à intervenção estatal.

Em complemento a essas tradições, abordam-se formas contemporâneas alternativas de moeda, como as moedas sociais e as criptomoedas. Moedas sociais operam na esfera local, promovendo inclusão e circulação complementar à moeda oficial, muitas vezes vinculadas a comunidades ou municípios, exemplificadas por iniciativas como a moeda Mumbuca. As criptomoedas, com destaque para o Bitcoin, funcionam em redes descentralizadas e sem controle estatal, fundamentadas em tecnologia blockchain, representando um desafio paradigmático às teorias convencionais de moeda.

2.1.A MOEDA SOCIAL INSERIDA EM UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com o Soares (2009) a moeda social é: “uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia”. Mas não se pode entendê-la corretamente sem antes adentrar no campo de estudo em que se insere: a economia solidária.

A origem da Economia Solidária remonta as principais ideias socialistas do século XIX. Para Singer (2002), se por um lado o “capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito da propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual”, dividindo assim a sociedade em classe proprietária do capital e a classe que dispõe unicamente de sua força de trabalho, que é vendida à outra classe, gerando competição e desigualdade (p. 10), por outro lado, economia solidária pode ser entendida como: [...].

[...] o outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10-11).

A Economia Solidária, conforme definida por Lisboa e Faustino (2006), é um movimento social multifacetado que engloba cooperativas de produção, consumo e serviços, organizações de crédito solidário, fundos rotativos e empresas recuperadas via autogestão, incluindo também clubes de troca. Embora ganhasse destaque no século XX, suas raízes remontam ao início do século XIX, com Robert Owen e Charles Fourier, precursores do cooperativismo e do socialismo utópico.

Owen, na Inglaterra, fundou a Aldeia Cooperativa em 1825, base do cooperativismo moderno, desenvolvendo também o National Equitable Labour Exchange em 1832, uma bolsa de trabalho que utilizava uma moeda própria baseada na quantidade de trabalho. Fourier, por sua vez, propôs as comunidades falanstéricas, autogeridas, com propriedade acionária e renda mínima para permitir a escolha profissional por paixão, mantendo a propriedade privada e a competição.

No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a economia dos países desenvolvidos esteve marcada por forte intervenção estatal, promovendo direitos sociais e pleno emprego. O cooperativismo, nesse período de acomodação da classe assalariada, perdeu seu caráter de oposição ao capitalismo, incorporando-se à dinâmica produtiva, o que enfraqueceu a economia solidária.

Nas décadas seguintes, sobretudo a partir dos anos 70, a crise do sistema de Bretton Woods, a abertura comercial, a flexibilização do trabalho e a disseminação do capital informacional propiciaram deslocamentos industriais e desemprego, aprofundando desigualdades e fragmentando o mercado de trabalho. A globalização ampliou o poder das corporações transnacionais, desligadas dos Estados-nação, intensificando a exclusão social e financeira em diversas regiões, fenômeno descrito por Castells (1999) como “buracos negros do capitalismo informacional”.

Nesse contexto, a Economia Solidária se apresenta como uma alternativa que valoriza a autogestão, a cooperação, a solidariedade e a sustentabilidade ambiental, buscando incluir socialmente os excluídos e promover justiça econômica e social. Atua na perspectiva da valorização do trabalho humano, autonomia comunitária e democratização econômica, respondendo às crises estruturais do capitalismo globalizado.

A lógica da Economia Solidária se funda, portanto, em uma oposição à do modo de produção capitalista, não prescindindo a mesma, do apoio do Estado e do fundo público para o resgate de comunidades e desenvolvimento real de uma sociedade mais justa, mas entende-se que tal processo fundamenta-se no caráter auto emancipatório das comunidades. No aprendizado, experimentação e adesão a princípios como solidariedade, igualdade e democracia, que são, por sua vez, princípios fundamentais do conceito de economia solidária (Ibidem, p. 112).

2.2.A MOEDA SOCIAL LOCAL INSERIDA COMO VERTENTE DE ATUAÇÃO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO (BCDs)

Passemos a abordar de forma breve o papel da Moeda Socioambiental e como poderia evoluir para a moeda socioambiental. Para tal, devemos entender antes, o papel das mesmas como vertente de ação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs).

Para França Filho e Silva Jr. (2009, p. 31) os BCDs podem ser entendidos como: “uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares situadas em territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs apoiam-se em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território”. A diferença desses bancos para os bancos de microcrédito convencional é a preocupação com o território onde se situam, seja ele uma comunidade, uma região ou um município. Os autores ainda elencam os quatro mecanismos de intervenção territorial com o intuito de incentivar o desenvolvimento local: fundo de crédito solidário, feiras de produtores locais, capacitação em economia solidária e moeda social circulante local (Ibidem). Esta última é o objeto maior de nosso estudo.

Os BCDs buscam articular e associar produtores e consumidores locais por meio de circuitos ou canais de troca, contrariando a lógica capitalista de funcionamento econômico de dicotomia entre produção e consumo. A essas redes dá-se o nome de redes de prossumidores, por possuírem integradas relações de produção e consumo. Nesse tipo de economia, a regulação ocorre por meio de debates públicos em espaços associativos nos quais os próprios moradores e agentes econômicos planejam e decidem a oferta de produtos e serviços em função da demanda identificada por eles mesmos ou através de agentes comunitários, em um exercício pleno de democracia local.

A ideia visa estimular, no território, a concretização de um circuito integrado de relações envolvendo produtores ou prestadores de serviços em articulação com consumidores ou usuários de serviços. Nesse tipo de economia, perde sentido a consideração da oferta e demanda como entidades abstratas, do mesmo modo que a competição deixa de ter importância nessa lógica” (Ibidem, p. 34). Também é de se frisar que a mobilização para a criação de um BCD deve ser intrínseca à comunidade onde o mesmo atua e, ainda que existam incentivos e motivações por parte de agentes externos, é a comunidade que decidirá por sua concepção em uma tentativa de atenuar os problemas econômicos e sociais enfrentados pela mesma. Geralmente a criação de um Banco Comunitário se origina de um centro integrativo já existente na comunidade. Podem ser Centros Comunitários, Associação de Moradores ou outros grupos que possibilitem a articulação de ideias para o desenvolvimento local e participação democrática dos moradores nas decisões tomadas.

As principais características de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD), conforme destacado por França Filho e Silva Jr. (2009), evidenciam-se no fato de que a coordenação do banco e a gestão dos recursos são realizadas por uma organização comunitária. As linhas de microcrédito voltadas à produção e ao consumo local operam com taxas de juros justas, favorecendo a geração de renda e a criação de oportunidades de trabalho para toda a comunidade. A concessão e a cobrança dos empréstimos baseiam-se em relações de vizinhança e domesticidade, o que estabelece um controle predominantemente social, em vez de estritamente econômico. Além disso, a adoção de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local — como cartões de crédito e moedas sociais circulantes — é reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores como estratégia eficaz para dinamizar a economia local (Ibidem, p. 32).

Pretende-se ligar neste trabalho os bancos comunitários com as riquezas do País.

3. CONCLUSÃO

Este estudo apresenta uma abordagem inovadora ao integrar o capital natural à economia solidária. Partindo-se do capital natural inserido nos quadros de políticas econômicas e monetárias, que com base em estudos anteriores resultou em uma moeda ambiental. Com base neste *funding* e por meio da fidúcia os pequenos e médios proprietários de ativos ambientais podem inserir uma moeda no ambiente da sua comunidade. A pesquisa destaca a troca crítica entre a preservação ambiental e a produtividade econômica, sublinhando a necessidade de uma mudança de paradigma na política monetária. Em seguida, o texto examina a troca entre a preservação dos recursos naturais e a obtenção de um desenvolvimento sustentável intergeracional. Ao tratar a riqueza natural como um ativo financeiro - semelhante às reservas de ouro - este modelo oferece um meio alternativo de medir o valor econômico que está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. S. et al. A proposal for an environmental currency: Integrating natural wealth into monetary policy. *Environmental Development*, p. 101322, 2025.
- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Volume 2: O poder da identidade. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Volume 3: Fim de milênio. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- DASGUPTA, Partha. Human well-being and the natural environment. OUP Oxford, 2001.
- DASGUPTA, Partha. The welfare economic theory of green national accounts. *Environmental and Resource Economics*, v. 42, n. 1, p. 3-38, 2009
- FRANÇA FILHO, Genauto Caravvalho de. SILVA JR., Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). In CATTANI, Antonio David et al. *Dicionário Internacional de Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p. 31-37.
- FENICHEL, Eli P.; ABBOTT, Joshua K. Natural capital: from metaphor to measurement. *Journal of the Association of Environmental and Resource Economists*, v. 1, n. 1/2, p. 1-27, 2014.
- LISBOA, Armando de Melo; FAUSTINO, Andrea Viana. Trocas Solidárias, Moeda e Espiritualidade. São Paulo: IV Encontro Internacional de Economia Solidária – NESOL – USP. 19p., 2006.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução: Luiz Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MENGER, Carl. El origen del dinero. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/textos/Menger-origen-dinero.pdf>>. Acesso em: 14 Dez. 2024.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOARES, Claudia Lúcia B.. Moeda Social. In CATTANI, Antonio David et al. *Dicionário Internacional de Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009, p. 255-259